

# SUMÁRIO

---

AGRADECIMENTOS POR DANIEL AVELAR .....	9
AGRADECIMENTOS POR RODRIGO FAUCZ .....	11
NOTA DOS AUTORES – 3ª EDIÇÃO .....	13
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO .....	15
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO .....	17
PREFÁCIO POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO .....	19
1. Introdução .....	19
2. Duas histórias: morde e assopra .....	19
2.1. A primeira história: fazendo como alerta .....	19
2.2. A segunda história: articulação como elogio .....	21
3. Um pouco da estrutura do livro e a questão principal .....	24
4. Um pouco dos autores .....	26
APRESENTAÇÃO POR PROF. DR. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE .....	29
<b>1. HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI .....</b>	<b>49</b>
<b>1.1. Das Leis Mosaicas .....</b>	<b>51</b>
<b>1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas .....</b>	<b>52</b>
<b>1.3. Das <i>questiones perpetuas</i> .....</b>	<b>56</b>
<b>1.4. Dos tribunais <i>wehmicos</i> .....</b>	<b>58</b>
<b>1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra .....</b>	<b>60</b>
<b>1.5.1. A queda do Império Romano .....</b>	<b>63</b>
<b>1.5.2. Os reis anglo-saxões e a administração da justiça .....</b>	<b>64</b>
<b>1.5.3. O julgamento via ordálias, compurgação e duelo .....</b>	<b>65</b>
<b>1.5.4. A invasão normanda .....</b>	<b>73</b>
1.5.4.1. O sistema do <i>hue and cry</i> e do <i>frankpledge</i> .....	77
1.5.4.2. <i>Murdrum fine</i> e a <i>Paz do Rei</i> .....	79
1.5.4.3. <i>Appeal of Felony</i> .....	79
1.5.4.4. <i>Right of Sanctuary</i> .....	81

1.5.5.	O desenvolvimento da <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II.....	82
1.5.6.	O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i> .....	88
1.5.7.	O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i> .....	97
1.6.	O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental .....	101
2.	HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA .....	103
2.1.	O júri brasileiro na ordem constitucional atual.....	128
3.	EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE.....	131
3.1.	Ausência de motivação das decisões do júri.....	142
3.2.	Instrução aos jurados .....	150
3.3.	A deliberação entre os jurados .....	153
4.	PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	163
4.1.	Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República.....	167
4.1.1.	Plenitude de defesa.....	168
4.1.2.	Sigilo das votações .....	171
4.1.3.	Soberania dos veredictos .....	172
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida .....	180
4.2.	Princípios gerais do processo penal .....	184
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência .....	185
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i> .....	188
4.2.3.	Princípio do contraditório .....	190
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação .....	191
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	195
5.1.	Reforma de 2008 .....	195
5.2.	O procedimento especial .....	196
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO.....	199
6.1.	Acusação e instrução preliminar .....	199
6.2.	Rejeição da denúncia.....	200
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa .....	203
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação .....	205
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia....	207
6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri .....	208

6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia.....	210
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP .....	211
6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais .....	214
6.4.	Resposta à acusação.....	217
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes.....	220
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação .....	223
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta .....	224
6.6.	Exceções .....	226
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta .....	228
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta .....	230
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências .....	231
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória .....	232
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019.....	234
6.10.2.	Ordem e organização.....	235
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido.....	239
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha .....	241
6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento... ..	241
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da orientação do STJ....	243
6.10.2.5.	Requerimento de diligências .....	249
6.10.2.6.	Interrogatório.....	250
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios .....	253
6.10.3.	Audiência una e adiamento .....	253
6.11.	Produção e gestão das provas .....	254
6.12.	Juntada de documentos .....	255
6.13.	Alegações finais .....	255
6.13.1.	Alegações finais por memoriais .....	256
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais.....	258
6.13.3.	Ausência de alegações finais .....	259
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas .....	261
6.15.	Princípio da identidade física do juiz .....	261
6.16.	Prazo para a decisão.....	262
6.17.	Prazo para a conclusão do procedimento.....	262
7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE.....	265
7.1.	Decisão de pronúncia .....	265
7.1.1.	Fundamentação .....	267
7.1.2.	Requisitos da pronúncia.....	273
7.1.2.1.	Materialidade do crime.....	273

7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria .....	275
7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia .....	278
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar .....	281
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição .....	288
7.1.6.	Agravantes e atenuantes.....	292
7.1.7.	A pronúncia como garantia .....	292
7.1.8.	Crimes conexos .....	298
7.1.9.	Dos crimes militares .....	301
7.1.10.	Das medidas cautelares.....	303
7.1.11.	Interrupção da prescrição .....	307
7.1.12.	Intimação da decisão de pronúncia .....	307
7.2.	Decisão de impronúncia.....	309
7.2.1.	Prova nova.....	312
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras .....	314
7.2.3.	Crimes conexos .....	316
7.2.4.	Despronúncia .....	316
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia .....	316
7.3.	Absolvição sumária .....	320
7.3.1.	A absolvição sumária imprópria .....	322
7.3.2.	Crimes conexos .....	323
7.3.3.	Aditamento.....	323
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i> .....	325
7.5.	Desclassificação .....	327
7.5.1.	Procedimento a ser seguido.....	330
7.5.2.	Crimes conexos .....	330
7.5.3.	Recurso cabível .....	331
7.5.4.	Conflito de competência negativo .....	332
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso .....	333
7.6.	Circunstância superveniente.....	334
7.7.	Síntese de recursos cabíveis .....	335
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i> .....	335
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade .....	335
8.	DESAFORAMENTO .....	337
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil.....	337
8.2.	Conceito .....	337
8.3.	Fundamentos .....	338
8.4.	Requisitos .....	339

8.4.1.	Interesse da ordem pública .....	339
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri .....	340
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado .....	343
8.4.4.	Excesso de serviço .....	345
8.5.	Procedimento do desaforamento.....	346
8.6.	Pedido de aceleração processual .....	347
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento .....	348
8.8.	Desaforamento interestadual.....	348
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO .....	353
9.1.	Peça do art. 422 do CPP .....	353
9.1.1.	Deliberação e elaboração do relatório.....	355
9.2.	Alistamento dos jurados .....	355
9.2.1.	Os jurados a partir do modelo histórico norte-americano .....	357
9.2.2.	O perfil dos jurados e a representatividade.....	361
9.2.3.	A busca pela representatividade social.....	361
9.2.4.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados .....	365
9.2.5.	Requisitos e características da lista geral .....	366
9.2.6.	Paridade de armas no selecionamento dos jurados .....	369
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões .....	370
9.4.	Organização da pauta .....	370
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados .....	375
9.5.1.	Intimação dos interessados .....	376
9.5.2.	Publicidade do sorteio.....	377
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião .....	378
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados .....	379
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função .....	381
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento.....	382
9.7.	Júris midiáticos .....	384
9.8.	Na sessão de julgamento.....	385
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados.....	385
9.8.2.	Recusa injustificada.....	385
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política .....	386
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência .....	387
9.8.5.	A idade mínima .....	388
9.8.6.	Notória idoneidade e perfilamento discriminatório .....	389
9.8.7.	Jurado analfabeto.....	391
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos .....	392

9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	393
9.8.10.	Isenção do serviço do júri.....	394
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	395
9.8.12.	Direitos dos jurados .....	395
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO .....	399
10.1.	Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença.....	399
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação.....	399
10.3.	Intervenção da OAB .....	400
10.4.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação....	400
10.5.	Ausências na sessão .....	402
10.5.1.	Do Ministério Público .....	402
10.5.2.	Do advogado do querelante.....	403
10.5.3.	Do procurador do assistente de acusação .....	404
10.5.4.	Do defensor do acusado .....	404
10.5.4.1.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	406
10.5.5.	Do acusado solto .....	408
10.5.6.	Do acusado preso .....	410
10.5.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento.....	411
10.5.8.	Da testemunha imprescindível .....	412
10.5.9.	Da testemunha não imprescindível .....	415
10.5.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos .....	418
10.6.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri .....	418
10.7.	Oitiva do ofendido .....	419
10.8.	Instalação dos trabalhos.....	420
10.8.1.	Pregão – Momento de arguição das nulidades – Publicidade do ato .....	422
10.8.2.	Esclarecimentos aos jurados .....	423
10.8.3.	Incomunicabilidade dos jurados.....	424
10.8.4.	Sorteio e recusas imotivadas .....	426
10.8.5.	Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	428
10.8.6.	Cisão do julgamento .....	430
10.8.7.	Exortação solene .....	431
10.9.	Instrução em plenário .....	432
10.9.1.	Leitura do relatório e da decisão que julgou admissível a acusação.....	433
10.9.2.	<i>Opening Statements</i> – Discurso de abertura .....	434
10.9.3.	A instrução probatória e a carência de originalidade cognitiva em plenário.....	434

10.9.4.	Instrução e ordem dos questionamentos .....	435
10.9.5.	Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A.....	439
10.9.6.	Retirada do acusado do plenário na oitiva da vítima e testemunhas .....	442
10.9.7.	Desistência de testemunhas .....	443
10.9.8.	Acareação e reconhecimento.....	444
10.9.9.	Leitura de documentos em plenário .....	445
10.9.10.	Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias .....	446
10.9.11.	Interrogatório do acusado.....	448
10.10.	Uso de algemas em plenário .....	451
10.10.1.	Utilização de traje civil pelo acusado. ....	453
10.11.	Registro da instrução.....	454
10.11.1.	A gravação audiovisual feita pela parte.....	455
10.12.	Debates.....	457
10.12.1.	Sustentação: ordem e limitação .....	458
10.12.2.	Tempo de sustentação .....	460
10.12.3.	Ampliação do tempo de sustentação .....	463
10.12.4.	Agravantes e atenuantes.....	464
10.12.4.1.	Atenuantes e agravantes objetivas .....	467
10.12.5.	Réplica e tréplica.....	468
10.12.5.1.	Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica .....	470
10.12.5.2.	Réplica pela assistência de acusação.....	471
10.12.5.3.	Inovação de tese na tréplica .....	472
10.12.5.4.	Reinquirição de testemunhas.....	475
10.12.6.	Nulidades – Limites nos debates .....	476
10.12.6.1.	Decisão de pronúncia como argumento de autoridade .....	476
10.12.6.2.	Outras decisões como argumento de autoridade.....	481
10.12.6.3.	Os antecedentes criminais do acusado .....	484
10.12.6.4.	Menção ao uso de algemas.....	485
10.12.6.5.	Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo.....	485
10.12.6.6.	Momento para impugnação .....	487
10.12.6.7.	Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra .....	488
10.12.7.	Utilização de documentos novos.....	489
10.12.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa.....	492
10.12.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos ....	496
10.12.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo .....	497
10.12.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa.....	498
10.12.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	498

<b>10.12.8.</b> Apartes, esclarecimentos, questões de ordem .....	499
10.12.8.1. Pedido de esclarecimentos .....	503
10.12.8.2. Aptidão para julgar e esclarecimentos .....	506
10.12.8.3. Dissolução do conselho e realização de diligências .....	507
<b>10.12.9.</b> Da gravação das sessões de julgamento .....	508
<b>10.12.10.</b> Do abandono de Plenário .....	509
<b>11.</b> QUESITAÇÃO .....	513
<b>11.1.</b> Conceito e características .....	513
<b>11.2.</b> Fontes dos quesitos .....	514
<b>11.3.</b> Elaboração .....	516
<b>11.4.</b> Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário .....	517
<b>11.5.</b> Apresentação formal e requerimentos das partes .....	518
<b>11.6.</b> Ordem dos quesitos .....	519
<b>11.6.1.</b> Síntese da Ordem dos Quesitos .....	521
<b>11.7.</b> Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia .....	522
<b>11.8.</b> Quesito absolutório genérico .....	522
<b>11.8.1.</b> Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria .....	524
<b>11.9.</b> Absolvição imprópria .....	526
<b>11.10.</b> Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória .....	526
<b>11.11.</b> Desclassificação .....	527
<b>11.11.1.</b> Desclassificação própria e imprópria .....	529
<b>11.11.2.</b> Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação .....	530
<b>11.11.3.</b> Desclassificação e crime conexo .....	532
<b>11.12.</b> Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual .....	532
<b>11.13.</b> Tentativa .....	533
<b>11.14.</b> Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena .....	534
<b>11.14.1.</b> Agravantes e atenuantes .....	534
<b>11.14.2.</b> Afastamento da qualificadora e posterior reconhecimento como agravante .....	534
<b>11.14.3.</b> Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação .....	535
<b>11.14.4.</b> Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas .....	536
<b>11.15.</b> Concurso formal e multiplicidade de vítimas .....	537
<b>11.16.</b> Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos .....	538
<b>11.17.</b> Impugnação dos quesitos e preclusão .....	539
<b>11.18.</b> A sistemática da votação .....	540
<b>11.19.</b> Modelos de quesitação .....	543



<b>11.20.</b> Teses e quesitos específicos.....	<b>545</b>
<b>11.20.1.</b> Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	<b>546</b>
<b>11.20.2.</b> Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	<b>546</b>
<b>11.20.3.</b> Homicídio privilegiado – violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP) .....	<b>547</b>
<b>11.20.4.</b> Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP) .....	<b>547</b>
<b>11.20.5.</b> Homicídio qualificado – motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP).....	<b>547</b>
<b>11.20.6.</b> Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP) .....	<b>547</b>
<b>11.20.7.</b> Homicídio qualificado – outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP) .....	<b>548</b>
<b>11.20.8.</b> Homicídio qualificado – meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP) .....	<b>548</b>
<b>11.20.9.</b> Homicídio qualificado – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP) .....	<b>548</b>
<b>11.20.10.</b> Homicídio qualificado – outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP) .....	<b>549</b>
<b>11.20.11.</b> Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP) .....	<b>549</b>
<b>11.20.12.</b> Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP) .....	<b>549</b>
<b>11.20.13.</b> Homicídio qualificado – Femicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP) .....	<b>550</b>
<b>11.20.14.</b> Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente de segurança pública (agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição – art. 121, § 2º, VII, do CP) .....	<b>550</b>
<b>11.20.15.</b> Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP).....	<b>551</b>
<b>11.20.16.</b> Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP) .....	<b>551</b>
<b>11.20.17.</b> Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP).....	<b>551</b>

11.20.18. Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP).....	552
11.20.19. Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e crime praticado em instituição de educação básica pública ou privada (art. 121, § 2º-B, III, do CP)	552
11.20.20. Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	552
11.20.21. Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP).....	552
11.20.22. Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP).....	553
11.20.23. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP) .....	553
11.20.24. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP) .....	554
11.20.25. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	554
11.20.26. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	555
11.20.27. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP).....	556
11.20.28. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP) .....	556
11.20.29. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	557
11.20.30. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	558
11.20.31. Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP).....	558
11.20.32. Desclassificação para homicídio culposo (art. 121, § 3º, do CP).....	559
11.20.33. Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro) .....	560

<b>11.20.34.</b> Desclassificação para lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP) .....	560
<b>11.20.35.</b> Excesso culposo nas excludentes .....	560
<b>11.20.36.</b> Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP) .....	561
<b>11.20.37.</b> Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida .....	562
<b>11.20.38.</b> Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio.....	562
<b>11.20.39.</b> Homicídio Consumado – Acusação de ser partícipe.....	563
<b>11.20.40.</b> Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP) .....	563
<b>11.20.41.</b> Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP) .....	564
<b>11.20.42.</b> Embriaguez como causa de diminuição de pena (art. 28, § 2º, do CP) .....	564
<b>11.20.43.</b> Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP).....	564
<b>11.20.44.</b> Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP) .....	565
<b>11.20.45.</b> Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	565
<b>11.20.46.</b> Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – consumado (art. 122 do CP) .....	565
<b>11.20.47.</b> Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122 do CP).....	566
<b>11.20.48.</b> Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP) .....	566
<b>11.20.49.</b> Causa de aumento – Motivo torpe ou fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP) .....	567
<b>11.20.50.</b> Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	567
<b>11.20.51.</b> Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	567
<b>11.20.52.</b> Causa de Aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP).....	568
<b>11.20.53.</b> Causa de Aumento – Acusado líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP) .....	568
<b>11.20.54.</b> Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia .....	568
<b>11.20.55.</b> Infanticídio (art. 123 do CP) como tese defensiva e acusada pronunciada por homicídio.....	569
<b>11.20.56.</b> Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP) .....	570
<b>11.20.57.</b> Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	570
<b>11.20.58.</b> Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	570

11.20.59. Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	571
11.20.60. Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP) .....	571
11.20.61. Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP) .....	572
11.20.62. Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) .....	572
11.20.63. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	572
11.20.64. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	573
11.20.65. Lesão corporal (art. 129, caput, do CP) .....	573
11.20.66. Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP).....	573
11.20.67. Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP) .....	574
11.20.68. Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP) .....	574
11.20.69. Rixa (art. 137 do CP).....	575
11.20.70. Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP) .....	575
11.20.71. Furto (art. 155 do CP) .....	575
11.20.72. Roubo (art. 157 do CP) .....	576
11.20.73. Extorsão (art. 158 do CP) .....	576
11.20.74. Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP).....	576
11.20.75. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP) .....	577
11.20.76. Estupro (art. 213 do CP) .....	577
11.20.77. Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP) .....	578
11.20.78. Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	578
11.20.79. Estupro de Vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP) .....	578
11.20.80. Associação criminosa (art. 288 do CP) .....	579
11.20.81. Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	579
11.20.82. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	580
11.20.83. Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003). .....	580
11.20.84. Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º do art. 16 da Lei 10.826/2003).....	581
11.20.85. Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003).....	581
11.20.86. Fraude processual (art. 347 do CP).....	582
11.20.87. Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP) .....	582

<b>11.20.88.</b> Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP) .....	582
<b>11.20.89.</b> Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	583
<b>12.</b> FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE .....	585
<b>12.1.</b> Sentença .....	585
<b>12.1.1.</b> Sentença condenatória .....	586
<b>12.1.2.</b> Execução imediata da pena.....	587
<b>12.1.3.</b> Fixação da reparação mínima do dano .....	590
<b>12.1.4.</b> Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri.....	591
<b>12.1.5.</b> Sentença absolutória .....	592
<b>12.1.6.</b> Desclassificação .....	592
<b>12.2.</b> Ata da sessão de julgamento .....	593
<b>12.3.</b> Atribuições do juiz presidente.....	594
<b>12.3.1.</b> Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.....	594
<b>12.3.2.</b> Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes .....	597
<b>12.3.3.</b> Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença .....	597
<b>12.3.4.</b> Realização de diligências e gestão do tempo.....	598
<b>12.3.5.</b> Refeição, repouso e transporte dos jurados .....	599
<b>12.3.6.</b> Interromper a sessão por tempo razoável.....	600
<b>12.3.7.</b> Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	600
<b>12.3.8.</b> Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor.....	601
<b>13.</b> RECURSOS.....	605
<b>13.1.</b> Considerações iniciais .....	605
<b>13.2.</b> Conceito de recurso .....	605
<b>13.3.</b> O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência.....	605
<b>13.4.</b> Recurso em sentido estrito .....	606
<b>13.4.1.</b> A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 581, I) .....	607
<b>13.4.2.</b> Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II) .....	608
<b>13.4.3.</b> Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV).....	609
<b>13.4.4.</b> Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV) .....	610
<b>13.5.</b> Apelação .....	610

13.5.1.	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia .....	612
13.5.2.	Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados .....	612
13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança .....	613
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	613
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico .....	617
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010 .....	621
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	659
	ÍNDICE REMISSIVO.....	675